

Direito Administrativo

Georges Humbert

**Prof. Titular do Centro Universitário Jorge Amado
Doutor e mestre em direito do estado pela PUC-SP**

Advogado na Bahia e em Brasília

www.humbert.com.br

face: Prof. Georges Humbert

I - PROVA DA PFN 2012 / ESAF

51. Identifique, entre as assertivas abaixo, a que corresponda a um ato administrativo complexo, observada a concepção técnica usual de nossa doutrina pátria.

- a) O ato cuja produção tenha se dado a partir tão- só da manifestação de vontade de um órgão colegiado.
- b) O que passa a existir com a manifestação de vontade de um órgão, dependente da manifestação de outro para que se confirme ou seja desconstituído.
- c) Determinado ato que somente tenha existência a partir da manifestação necessária de três órgãos.
- d) Um ato que, a despeito de existir a partir do momento em que exarado por um único órgão, somente poderá produzir efeitos com a posterior manifestação de outro órgão.
- e) Aquele que, dada a sua complexidade, somente passa a existir a partir da manifestação de vontade de mais de um agente público de um mesmo órgão.

52. À luz da tradicional doutrina administrativista, é possível identificar, como espécie de ato administrativo, o chamado ato ordinatório, que tem, como um de seus exemplos,

- a) os decretos regulamentares.
- b) os alvarás.
- c) as circulares.
- d) as multas.
- e) as homologações.

53. Como regra, dão prazo à indenização pela assunção de propriedade dos bens reversíveis, cujos investimentos respectivos ainda não tenham sido amortizados ou depreciados:

- a) todas as espécies de extinção da concessão ou permissão.
- b) todas as espécies de extinção da concessão ou permissão, à exceção das que ocorrem pelo advento do termo contratual.
- c) todas as espécies de extinção da concessão ou permissão, à exceção das que ocorrem em face da rescisão.
- d) todas as espécies de extinção da concessão ou permissão, à exceção das que ocorrem pelo advento do termo contratual ou pela rescisão.
- e) todas as espécies de extinção da concessão ou permissão, à exceção das que ocorrem pelo advento do termo contratual e da caducidade.

54. No que se refere à figura da intervenção prevista no âmbito das concessões e permissões de serviços públicos, assinale a opção correta.

- a) A intervenção tem duração máxima de 180 (cento e oitenta) dias.
- b) Tal instituto é espécie de extinção da concessão ou permissão de serviço público.
- c) Como medida excepcionalíssima, a intervenção far-se-á por lei do poder concedente.
- d) A intervenção não demanda a prévia observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- e) A intervenção demanda a prévia indenização pela assunção dos bens reversíveis, pelo Poder Público.

55. Relativamente às parcerias público-privadas a que se refere a Lei n. 11.079, de 2004, assinale a opção correta.

- a) Sempre devem ser precedidas de licitação, na modalidade concorrência ou pregão.
- b) Admite-se que os valores mobiliários atinentes à sociedade de propósito específico possam ser negociados no mercado.
- c) Como regra, a sociedade de propósito específico deverá, direta ou indiretamente, ser controlada pela Administração Pública, que deterá a maioria do capital social com direito a voto.
- d) Antes da celebração do contrato de parceria, poderá ser constituída sociedade de propósito específico, que ficará responsável pela gestão das atividades pactuadas.
- e) Consoante a legislação pátria, admite-se um único órgão gestor das parcerias público-privadas, que contará com a participação obrigatória de representantes de todos os estados, ao lado de representantes da União.

56. Assinale a opção que corresponde ao entendimento atualmente esposado pelo Supremo Tribunal Federal sobre a responsabilidade civil das empresas concessionárias de serviços públicos.

- a) Há responsabilidade somente perante os usuários do serviço público, na modalidade do risco administrativo.
- b) Há responsabilidade somente perante os usuários do serviço público, desde que caracterizada ao menos culpa da prestadora do serviço.
- c) É reconhecida a possibilidade de responsabilização em face de dano causado a não-usuário do serviço, uma vez caracterizada ao menos culpa da concessionária e nexo de causalidade entre a conduta e o resultado prejudicial.
- d) É reconhecida a possibilidade de responsabilização objetiva das concessionárias, mesmo em face de terceiros não-usuários do serviço.
- e) A teoria da responsabilidade subjetiva é aplicável tanto perante usuários como não-usuários do serviço público, considerando-se que as concessionárias são empresas privadas que não integram o Poder Público.

57. No que se refere ao chamado Regime Jurídico Único, atinente aos servidores públicos federais, é correto afirmar que:

- a) tal regime nunca pôde ser aplicado a estatais, sendo característico apenas da Administração direta.
- b) tal regime, a partir de uma emenda à Constituição Federal de 1988, passou a ser obrigatório também para as autarquias.
- c) consoante decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal, a obrigatoriedade de adoção de tal regime não mais subsiste, tendo-se extinguido com a chamada Reforma Administrativa do Estado Brasileiro, realizada por meio de emenda constitucional.
- d) tal regime sempre foi aplicável também às autarquias.
- e) tal regime, que deixou de ser obrigatório a partir de determinada emenda constitucional, passou a novamente ser impositivo, a partir de decisão liminar do Supremo Tribunal Federal com efeitos ex nunc.

58. No que se refere ao direito de petição, consoante previsto na Lei n. 8.112, de 1990, assinale a opção correta.

- a) As normas que tratavam de tal direito especificamente no Estatuto do Servidor Público Federal encontram-se revogadas.
- b) O servidor demitido tem 120 (cento e vinte) dias para requerer a revisão do ato demissório, sob pena de preclusão administrativa.
- c) Os recursos administrativos deverão ser dirigidos à autoridade que proferiu a decisão, que os encaminharão à autoridade superior, caso não reconsidere sua decisão.
- d) Os recursos interpostos têm efeito suspensivo, razão pela qual interrompem a prescrição.
- e) Admite-se, excepcionalmente, a prorrogação do prazo para o exercício do recurso administrativo.

59. Sobre a acumulação de cargos públicos, assinale a opção correta.

- a) Admite-se, excepcionalmente, que o servidor tenha exercício simultâneo em mais de um cargo em comissão.
- b) A proibição de acumular não se estende a funções em estatais vinculadas a outro ente da Federação, desde que haja compatibilidade de horários.
- c) Via de regra, o servidor pode ser remunerado pela participação em órgãos de deliberação coletiva.
- d) A legislação pátria não admite que o servidor que acumule dois cargos efetivos possa investir-se de cargo de provimento em comissão.
- e) Como regra, a proibição de acumular não se estende à acumulação de proventos da inatividade com a percepção de vencimentos na ativa.

60. A legislação atinente ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas prevê a possibilidade de que os editais de licitação para aquisição de bens estabeleçam diversas exigências, entre as quais não se inclui a de que:

- a) o produto seja de determinada marca, pela necessidade de padronização do objeto.
- b) seja fornecida certificação da qualidade do processo de fabricação de determinado produto.
- c) seja apresentada, em caso de licitante distribuidor, carta de solidariedade emitida pelo fabricante.
- d) seja apresentada amostra do bem, ainda na fase de julgamento das propostas.
- e) sejam oferecidos apenas produtos com registro válido no Sistema de Registro de Preços – SRP.